ATA N.º 4/2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: **Sala de Sessões dos Paços do Município.**
Data: **25/04/2017.**
Iniciada às 09,00 horas e encerrada às 10,00 horas.

I. SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 43.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Dr. José Francisco Rocha Ramalho
Primeiro-Secretário: Drª Catarina Ascensão Silva Marques
Segundo-Secretário: Joaquim Manuel Galamba Caeiro
Membros: José Duarte Costa Franco
Dr. Dimas Joaquim Canhão Ferro
Venceslau Inácio Ramalho Raminhos
Hugo Joaquim Nobre Lopes
Dr. Rui Miguel Rocha Passinhas
Aline Margarida Amaral Batista do Rosário
António José da Cruz Ferreira
António José Lucena Dias
Dr. Henrique Lopes de Oliveira
Rui Manuel Chilrito Pereira
Agostinho dos Santos Pardal
Presidente da Junta de Freguesia de Granja: Francisco António dos Santos Branco
Presidente da Junta de Freguesia de Luz: Drª Sara Maria Vidigal Correia
Presidente da Junta de Freguesia de Mourão: António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. **José Francisco Rocha Ramalho**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por **Vítor Manuel Leal Vidigal**, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão, da Divisão Administrativa e Financeira.----------

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** cumprimentou todos os presentes, informando de seguida que na ["...sessão solene comemorativa do 43.º aniversário do 25 de Abril usarão da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, seguidamente as três forças políticas com representação na Assembleia Municipal, bem como o Sr. Deputado Independente, Presidente da Junta de Freguesia da Granja, o que será feito por ordem crescente de representatividade..."] e que por último ele próprio usaria da palavra. ----------

--- Relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituições ao abrigo dos artigos 78º, alínea a) do nº 1 do artigo 29º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que pediram substituição os Senhores Deputados Municipais: ----------

- **Dr.ª Florbela da Luz Descalço Fernandes**, substituída nos termos legais e regimentais pela **Sr.ª Aline Margarida Amaral Batista do Rosário;** ----------

- **Ricardo Calixto Borges Cartaxo**, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **António José da Cruz Ferreira**; ----------

- **Dr. José Pedro Pires dos Reis**, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos**. ----------

--- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como Deputados Municipais. ----------

--- Verificadas as presenças e dado a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mourão, a qual teve como único ponto da ordem de trabalhos a comemoração solene do 43.º aniversário do 25 de Abril. ----------

--- Faltou o Senhor Deputado Municipal **Ricardo Tavares Antunes**. ----------

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Mourão**, que leu o discurso do seguinte teor: ----------

"- *Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

- *Exmas. Senhoras e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal*

- *Exmos. Membros da Assembleia Municipal*

- *Exma. Senhora e Senhores Vereador*

- *Exma. Senhora e Senhores Presidentes da Junta de Freguesia*

- *Caro Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mourão e Representante do Grupo Coral Flores de Abril*

- *Exmo. Sr. Adjunto do Comandante do Posto da GNR de Mourão*

- *Demais Autarcas*

- Reverendíssimo Padre Luis

- Caras e Caros Convidados

- Minhas Senhoras e meus Senhores

É com enorme honra e ensejo que me dirijo, hoje, Dia da Liberdade, a vós, como Presidente da Câmara Municipal de Mourão.

Hoje é o Dia em que celebramos a coragem, a perseverança, a confiança, a determinação e o inconformismo.

Hoje é o Dia em que celebramos a luta pacífica, a mudança, a capacidade do Homem se superar, a vontade!

Hoje é o Dia em que celebramos o acreditar, o crer, o servir, o dar!

Hoje é o Dia em que celebramos o melhor da política! A sua nobreza!

A política que importa!

A política que se dá!

A política que envolve!

A política que muda, que inova, que integra, que inclui!

A política transparente, justa e coerente!

Por isso, hoje, neste dia tão especial em que comemoramos o 43.º aniversário da Revolução dos Cravos efetuada na madrugada de 25 de Abril de 1974 pelas Forças Armadas, estou particularmente grata por tomar a palavra nesta casa, neste momento e neste ano!

Este é o ano em que os Granjense, Luzenses e Mouranenses vão ser chamados a pronunciar-se sobre o governo local.

E hoje celebramos o dia que permitiu que isso acontecesse, o dia a partir do qual todos os munícipes maiores de 18 anos podem e devem participar de uma forma ativa e consciente nas decisões políticas do nosso concelho.

No passado dia 12 de Dezembro comemorámos os 40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas em Portugal.

Nessas eleições foram eleitos 304 Presidentes de Câmara, 5135 membros de Assembleias Municipais e cerca de 26 mil membros de Assembleias de Freguesia.

E porque a história não é feita só de números mas essencialmente de nomes presto aqui homenagem ao primeiro presidente de Câmara Municipal de Mourão eleito democraticamente o Sr. Pedro Cominho Couto e também aos Srs. Vereadores Artur dos Santos Godinho, António José Martins (o meu pai), Joaquim Gomes Freire e António José Malhado.

Foi também nessas primeiras eleições autárquicas que foi eleito o Sr. António Luis Verdascas Fernandes para presidir à Assembleia Municipal.

E os primeiros presidentes de Junta eleitos democraticamente foram:

O Sr. José Matos Fernandes, na Granja

O Sr. Manuel Vidigal Santana, na Luz

E o Sr. António Manuel Galego, em Mourão.

Na impossibilidade de citar o nome de todos os que foram eleitos nas primeiras eleições autárquicas democráticas assim como o de todas as mulheres e homens que ao longo destes 40 anos

foram eleitos e trabalharam em prol do nosso concelho, deixo uma palavra de gratidão pois todos contribuíram para a construção de um Poder Local cada vez mais forte e participativo.

Como já referi anteriormente este ano é ano de eleições autárquicas e o 25 de Abril, o Dia da Liberdade, trouxe-nos a Liberdade de escolhermos os Partidos Políticos e os Projetos com que mais nos identificamos. Assim façamos a nossa escolha em Liberdade, incutidos pelo sentido de responsabilidade.

Porque a nossa Liberdade termina onde começa a do outro. Não devemos, em nome da Liberdade, insinuar, ofender e humilhar. Devemos respeitar o nosso próximo da mesma maneira que queremos ser respeitados pois a Liberdade que defendemos não tem dono, é a Liberdade que todos conquistámos com o 25 de Abril de 1974.

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva o Poder Local Democrático!

Viva o Concelho de Mourão!

Viva Portugal!"

--- De seguida, **o Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **representante da CDU, Senhor Deputado Municipal, António José da Cruz Ferreira**, que leu o discurso que seguidamente se transcreve: ----------

"Em nome da coligação CDU e como deputado independente, vou ler uma mão cheia de palavras, recordando um pouco, a efeméride que hoje se comemora.

5ª Feira, 25 de Abril de 1974

Evocar este dia, esta data, é um privilégio de liberdade democrática, devolvida a um povo carente dos seus direitos. Um povo amordaçado, reprimido e explorado.

Ao alvorecer o dia 25 de Abril de 1974, um punhado de Homens de Tempera rija, desferiu o golpe capital, num regime totalitário, fascista e podre, apoiado por esbirros sem escrúpulos.

Os Militares que participaram nesta rebelião vitoriosa, vão ficar na História da nossa Pátria para sempre.

Não nos podemos esquecer, de muitos outros lutadores democratas, que não sendo militares, deram o seu valioso contributo, lutando na retaguarda. Muitos deles, sacrificando a sua própria vida, em defesa da liberdade.

Todos se livraram da lei da morte.

Enumerar o nome de todos estes heróis, seria o tributo merecido, por tanto que eles fizeram.

A todos que ainda partilham a vida com o povo, os votos que a sua vida se alongue por muitos e muitos anos.

A todos que já partiram, a nossa grande homenagem, é não os esquecer. Os heróis são imortais, enquanto nos recordamos deles. A História os comtempla para a eternidade.

Sem desvalorizar, todos que se envolveram neste ato heroico, quero com todo o respeito, mencionar o nome do valoroso e Sr. SALGUEIRO MAIA. A sua intervenção de Bravura, foi decisiva para a vitória

final. Como exemplo: tudo que se passou na Praça do Comércio e quartel do Carmo em Lisboa. Essa posição deu o cheque- mate ao fascismo e saudosistas do estado novo.

Sempre com o 25 de Abril
VIVA PORTUGAL
Terça-feira, 25 de Abril de 2017
António José da Cruz Ferreira"

--- Pelo **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** foi, de seguida, dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Independente e **Presidente da Junta de Freguesia de Granja, Francisco António dos Santos Branco,** que leu um discurso do seguinte teor: --

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhora Presidente da Câmara Municipal
Senhores Autarcas
Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Com o 25 de abril de 1974 são dissolvidos os Corpos Administrativos do Estado Novo e nomeadas as Comissões Administrativas que, até finais de 1976, asseguraram a gestão dos interesses locais.
A promulgação da Constituição Portuguesa de 1976, consagra a organização democrática das Autarquias Locais, definindo os princípios do seu estatuto jurídico e da sua autonomia financeira e administrativa.
A implantação do regime democrático em Portugal, permitiu a consagração de direitos, liberdades e garantias inalienáveis aos cidadãos, estabelecendo os princípios basilares da DEMOCRACIA e assegurando o primado do Estado de direito democrático, tendo em vista a construção de um País mais livre, mais justo e mais fraterno.
No limiar de abril de 1974, quase tudo estava por fazer. Tornava-se imperativo "FAZER O QUE É NECESSÁRIO", e foram os Governos Locais que abraçaram várias gerações de desafios e garantiram o acesso das populações a serviços tão elementares como a ÁGUA, o SANEAMENTO, a ENERGIA ELÉTRICA, a ILUMINAÇÃO PÚBLICA, as VIAS e os ARRUAMENTOS, a EDUCAÇÃO e o APOIO SOCIAL, a PRÁTICA DESPORTIVA ou a FRUIÇÃO CULTURAL, entre tantos outros.
Num País tão desigual, onde cada território encontrava um ponto de partida diferente, com necessidades de investimento também diferentes, os Governos Locais ajudaram a transformar Portugal, contribuíram para a correcção das desigualdades e das assimetrias e deram aos cidadãos aquilo que podemos considerar o verdadeiro acesso à Democracia – A OPORTUNIDADE DE MELHORAR A SUA QUALIDADE DE VIDA.
Hoje, ao fim de 43 anos de DEMOCRACIA, constata-se na perceção pública da atividade do Poder Local um enorme paradoxo: Por um lado, as populações sentem a importância dos seus governos locais e participam ativamente na vida social, económica e política local, demonstrando muitas vezes uma interessante e assinalável capacidade de organização em defesa dos seus territórios e das suas autarquias; Mas Por outro lado, há uma tendência generalizada na "Opinião Pública Publicada" de ataque indiscriminado ao Poder local e aos Eleitos Locais, como que menorizando o seu papel na democracia e na construção do desenvolvimento do País.
Os Governos Locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel de catalisador no processo de desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da sua proximidade aos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos atores locais.
O reforço da competitividade de um território assenta precisamente na capacidade de definição de estratégias participadas e com elevado sentido colectivo, ultrapassando os constrangimentos históricos impostos por uma visão restritiva das competências dos Governos Locais.
Os Governos Locais têm mudado as suas formas de gerir os territórios, utilizando novas técnicas de planeamento e gestão dirigidas ao desenvolvimento urbano.
A gestão de um Governo Local deve ser orientada para a competitividade e sustentabilidade económica e social de um território e deve caracterizar-se por um conjunto de apostas assentes:
Na promoção do empreendedorismo local,
Na fixação e captação de população,
Na captação de investimento,

No reforço das qualificações dos cidadãos,
Na preocupação com a sustentabilidade e com a ecoeficiência,
Na aposta na coesão territorial,
No envolvimento dos cidadãos e no aprofundamento da democracia,
Na preocupação com a igualdade de oportunidades para todos.
Mas não é apenas em novas esferas de atuação e em novas abordagens de desenvolvimento que os Governos Locais hoje se devem concentrar.
É também na forma como agem pela coisa pública, nos novos instrumentos e nos novos modelos de atuação que começam a ter à sua disposição, num quadro, apesar de tudo, de redução substancial de recursos e de aumento exponencial de ameaças.
Os Governos Locais em Portugal atravessam uma fase de desafios importantes, especialmente se pensarmos que está em curso um processo generalizado de reforma de todo o edifício normativo que regula o exercício do poder autárquico.
O início do século XXI trouxe uma nova realidade para o municipalismo em Portugal. Desde esse momento que o País tem vindo a assistir a uma profunda transformação do enquadramento jurídico e financeiro que regula a vida das Autarquias e do Poder Local.
A evolução da conjuntura económica e financeira de Portugal e da Europa, juntamente com os novos modelos de gestão, de regulação e de racionalização económica e financeira que tem vindo a ser implementados ao longo da última década, motivaram um novo paradigma de Governo Local e um novo paradigma de políticas públicas de base local.
O esforço de consolidação orçamental e de redução do défice a que os sucessivos governos de Portugal se têm comprometido nos últimos anos passou a ditar um controlo mais apertado sobre os modelos de financiamento e sobre os regimes de endividamento das Autarquias Locais.
Todas estas alterações revestiram-se de um carácter estrutural:
. Os modelos de financiamento autárquico alteraram-se significativamente, passando os Municípios a estar obrigados ao desenvolvimento de modelos optimizados de gestão autárquica,
. A concorrência entre Municípios obrigou a que cada um dos agentes públicos optimizasse os níveis de oferta dos seus serviços, sendo que grande parte da competitividade dos territórios passou a depender também da sua gestão pública,
. As políticas de consolidação orçamental, o direito comunitário, e os contribuintes em geral, obrigaram à criação de modelos mais racionais de gestão autárquica, capazes de potenciar as receitas próprias sem agravamento da despesa pública.
É hoje consensual que um novo paradigma de governo local está a surgir, ainda que, no entanto, importe salientar que há ainda um caminho importante a fazer no que concerne a todo o enquadramento legislativo e financeiro que deve, definitivamente, estar assente em dois pressupostos essenciais:
. Garantir estabilidade, lealdade e previsibilidade legislativa, de forma a possibilitar um correto planeamento de médio e longo prazo que preserve a autonomia dos governos locais,
. Delimitar e hierarquizar claramente as competências pelos diversos níveis de administração, defendendo o principio da subsidiariedade.
É fundamental que o Poder Local seja cada vez mais um agente de desenvolvimento e que este papel seja reconhecido pelos outros níveis de poder.
Hoje, pede-se às Autarquias que prestem um serviço de qualidade a menor custo. Ora, esta mudança de postura da administração autárquica, de uma cultura de regras rígidas e hierarquias para uma cultura de serviço de qualidade e flexibilidade, exige que sejam criadas condições novas de interacção entre a tecnologia e as dimensões sociais, económicas e culturais, ou seja, numa palavra, exige Inovação.
Há quem afirme que os Municípios possuem competências a mais e quem afirme que as têm a menos, uns e outros não se cansam de ilustrar com exemplos que lhes são favoráveis. Talvez esta seja a nossa condição de vida, na caminhada dinâmica para o aperfeiçoamento do sistema.
Não obstante os avanços experimentados com o 25 de Abril de 1974, a principal preocupação dos Municípios concentrou-se na construção de infraestruturas, o que os transformou em grande departamento de obras, afastados das questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável.
As Autarquias alcançaram uma dinâmica própria e deram um salto qualitativo, estando patente a emergência de um novo Município que em nada se parece àquele que vigorou no Estado Novo.
Hoje, as Autarquias Locais em Portugal gozam de um poder reivindicativo junto do Governo Central e de capacidade de intervenção como nuca tiveram na história do municipalismo no nosso País.
Esta onda de descentralização de responsabilidades e financiamentos para as Autarquias é claramente um aspeto positivo que não pode deixar de ser realçado. As comunidades locais vivem a ideia de deterem nas suas mãos os seus destinos. Há que inovar na prática democrática, viabilizando com imaginação a participação dos cidadãos: Inquéritos de opinião, processos consultivos, painéis de cidadãos, grupos de estudos, constituem algumas respostas interessantes no sentido da procura de

uma opinião informada no seio de uma comunidade local comprometida, a par de outras que têm sido testadas, com êxito, a nível dos Governos Locais.

Finalmente, permitam que lembre um discurso, que continua cada vez mais actual, do famoso CHARLIE CHAPLIN:

"PENSAMOS DE MAIS E SENTIMOS DE MENOS"

Queremos todos ajudar-nos uns aos outros, os seres humanos são assim.
Queremos viver a felicidade dos outros e não a sua infelicidade.
Não queremos odiar nem desprezar ninguém.
Neste mundo há lugar para toda a gente, e a boa terra é rica e pode prover às necessidades de todos.
O caminho da vida pode ser livre e belo, mas desviámo-nos do caminho.
A cupidez envenenou a alma humana, ergueu no mundo barreiras de ódio, fez-nos marchar a passo de ganso para a desgraça e a carnificina.
Descobrimos a velocidade, mas prendemo-nos demasiado a ela.
A máquina que produz a abundância empobreceu-nos.
A nossa ciência tornou-nos cínicos, a nossa inteligência cruéis e impiedosos.
Pensamos de mais e sentimos de menos.
Precisamos mais de humanidade que de máquinas.
Se temos necessidade de inteligência, temos ainda mais necessidade de bondade e doçura.
Sem estas qualidades, a vida será violenta e tudo estará perdido.
O avião e rádio aproximaram-nos.
A própria natureza destes inventos é um apelo à fraternidade universal, à união de todos.
Neste momento, a minha voz alcança milhões de pessoas através do mundo, milhões de homens sem esperança, de mulheres, de crianças, vitimas dum sistema que leva os homens a torturar e a prender pessoas inocentes.
Àqueles que podem ouvir-me, digo: Não desesperem.
A desgraça que nos oprime não provém senão da cupidez, do azedume dos homens que têm receio de ver a humanidade progredir.
O ódio dos homens há-de passar, e os ditadores morrem, e o poder que tiraram ao povo, o povo retomá-lo-á.
Enquanto os homens morrerem, a liberdade não perecerá."

TENHO DITO

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA A LIBERDADE"

--- Seguidamente, **o Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal representante da coligação PPD/PSD-CDS/PP, Dr. Henrique Lopes de Oliveira**, que leu o discurso do seguinte teor: ----------

"Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mourão;

Exmª Srª Presidente da Câmara Municipal;

Exmºs Srs Secretários da Mesa da Assembleia Municipal;

Exmºs Srs Deputados Municipais;

Exmºs Srs Vereadores;

Exmºs Srs. Presidentes das Assembleias de Freguesia;

Exmºs Convidados;

Cidadãs e Cidadãos do Concelho de Mourão,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Felizmente continuamos a poder comemorar o "25 de Abril de 74" que acabou por colocar um ponto final na vigência da Constituição Portuguesa de 1933.

Com várias vicissitudes lá se conseguiu aprovar a Constituição der 1976 e algumas alterações/revisões que foi necessário e possível fazer tendo acontecido a sétima e última em 2005.
A partir de 2005 o art.º 13.º da Constituição sob a epígrafe de Princípio da Igualdade reza assim:

1. *Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
2. *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

Infelizmente assistimos muitas vezes a situação caricatas em que pomposamente alguns letrados afirmam com toda a solenidade que estamos perante uma discriminação positiva quando querem beneficiar algum grupo por interesses sejam eles de que índole forem. Também infelizmente, no nosso concelho assistimos a essa discriminação positiva para beneficiar algumas pessoas.
Ora a Constituição da República Portuguesa proíbe a discriminação seja positiva ou negativa como vos acabei de ler. Discriminar é não exigir, a alguns, planta de construção para quem quer construir; é fechar os olhos a algumas construções erigidas em zonas onde os demais não podem construir, porque está fora do PDM – Plano Director Municipal; é deixar de cobrar bens e serviços fornecidos pelo Município protelando esses recebimentos até que prescrevam; é prometer emprego a uns sem qualquer concurso público e quando os há serem devidamente instruídos para que apenas alguns a ele tenham acesso; é dificultar o acesso a direitos para serem obtidos como favor, a pagar em próxima eleição.
Todos sabemos que isto acontece, que existe mas contesta-se para parecer que não é verdade. È a chamada esperteza saloia. Os outros, o que não estão no poder, são uns artolas que não sabem como se faz. Sabem, mas não usam o mesmo método o mesmo modus operandi, porque não querem discriminar.
O poder local é o que está mais próxima das populações. É o que mais deve pugnar pelo bem comum. Que deve pugnar para criar verdadeiras condições de atração para investimentos que criem emprego e a consequente libertação da canga do poder municipal. Infelizmente não é isso que acontece. Cede-se ao populismo, ao fácil, para cair em graça. Gasta-se sem o ter. Dão como se fosse deles, mas é de nós todos. Como lapas agarram-se ao poder e para o manter, se for necessário criam-se inverdades, construem-se fantasmas, levantam-se suspeições. Por fim dizem-se vítimas.
Para isso não contem nem pode contar com a anuência do Grupo Municipal constituído pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP.
Não nos podemos calar vendo o marasmo imobilizador, em que foi colocado este concelho há mais de 20 anos, com cada vez menos pessoas, sem indústria, sem comércio, sem empregos, sem turismo, sem estratégia, sem visão ... sem futuro. Deixou-se perder a oportunidade reivindicativa da construção da Barragem de Alqueva. Ficou só a perda de um terço do território. Ignorância e inabilidade política assim o ditaram. Com as gerações vindouras endividados até aos cabelos e manietados por esta rede de favores em vez de direitos e deveres, com esta canga da discriminação política que não os deixa sonhar, ter futuro, que apenas sobrevivem, perdendo a sua sede de querer viver.
No dia em que este executivo deixar de fazer esta política e começar a ter em conta única e exclusivamente o interesse comum de Mouranenses, Granjenses e Luzenses, rumo a um futuro sem discriminação, positiva ou negativa, com todos os cidadãos a terem as mesmas oportunidades, os

mesmos apoios, as mesmas regras, a mesma esperança, os mesmos direitos e deveres, numa palavra a cumprir-se a Constituição, aí nós podemos estar todos juntos a cumprir Abril.
Nesse dia podemos voltar a ter a esperança que o 25 de Abril de 1974 nos trouxe, a ilusão de um mundo melhor, de um concelho melhor, delineando uma estratégia de implementação de criação de emprego privado, de autoemprego, com dê um futuro a esta população. Nesse dia podemos comemorar e dizer bem alto, com verdadeira alegria: Viva o 25 de Abril.
Muito obrigado

Pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP
O Membro da Assembleia Municipal
Henrique Oliveira

...Este texto foi escrito sem observação do novo acordo ortográfico"

--- No seguimento da sessão **o Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal representante do Partido Socialista, Rui Manuel Chilrito Pereira**, que leu o seu discurso do seguinte teor: ----------

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta Freguesia e demais Autarcas, Ilustres Autoridades Civis e Militares, Comunicação Social, demais entidades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.
"Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados sociais, os corporativos e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos! De maneira que, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui" - Salgueiro Maia.
Foi com estas palavras que Salgueiro Maia se dirigiu aos Militares que com ele estavam na Escola Prática de Cavalaria de Santarém.
Hoje comemoramos o 43.º aniversário da revolução de 1974.
Ao falar de Abril a primeira palavra que me vem a cabeça é Liberdade.
Nos dias de hoje em Portugal, vivemos em Democracia e em Liberdade, graças a um grupo de militares, que no dia 25 de Abril de 1974, libertou o nosso país da ditadura, restituindo aos portugueses o sonho de um futuro mais digno, mais justo e mais solidário.
Lembro também todos os militares que combateram na Guerra Colonial, que era na altura a questão política principal. As três frentes de guerra, Guiné, Angola e Moçambique, provocaram mais de nove mil mortos, cerca de trinta mil feridos, e cento e quarenta mil ex-combatentes sofreram distúrbios de pós-guerra.
Não posso hoje deixar também de lembrar Mário Soares, que este ano nos deixou, pois foi um dos principais opositores ao regime fascista, esteve preso diversas vezes, foi deportado, exilado, mas nunca deixou de acreditar que era possível.
Há quarenta e três anos atrás era impensável Mourão ter como Presidente do Município uma mulher.
Há quarenta e três anos atrás era impossível estarmos reunidos tal como hoje aqui estamos, com as nossas diferenças, mas com respeito mútuo por essas mesmas diferenças.
Uma das principais conquistas de Abril foi o poder local, este com uma função de proximidade na resolução efetiva dos problemas e anseios da população.

Temos assim que aproveitar esta data para relembrar que a política honesta e direcionada para a população é uma necessidade diária de todos os cidadãos.

Nestes últimos quatros anos, aqui nesta casa, a casa da democracia, muitas vezes me foi cortada a palavra, fui por diversas vezes impedido de falar, várias intervenções que fiz não foram transcritas para a ata, votei vencido diversas vezes, vi serem aprovadas propostas descabidas, uma delas um voto de protesto a Associação de Proteção Social à População da Granja, vi também outras propostas essenciais para o desenvolvimento do nosso Concelho serem chumbadas, pela primeira vez depois do 25 de abril de 1974 o orçamento municipal foi chumbado, sem qualquer justificação, mas embora não concordasse, aceitei.

Agora o que não poso aceitar é que o fanatismo político se sobreponha aos interesses da população.

O tempo atual é de procura de soluções, de agir, de construir.

Temos que continuar a regar esta jovem democracia, como se de uma planta se tratasse, para que ela não morra, porque ainda há por ai muitos com saudade do antigo regime, escondem-se à espreita, agem pela calada da noite, agem de forma anonima, a demagogia é palavra de ordem no seu discurso, lançam mentiras para descredibilizar e destabilizar, e dai tirar aproveitamento político, não olham a meios para atingir o seu objetivo.

Todos nós, mesmo os que nasceram depois da revolução, temos que continuar a lutar para manter esses direitos conquistados, o direito a saúde, ao emprego, a educação, a justiça, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, e mostrarmos o nosso desagrado quando os mesmos não são cumpridos.

Na política não basta apenas parecer, é preciso ser!

É preciso ser democrata!

É preciso ser honesto!

É preciso lutar pelos anseios da população!

É preciso estar presente na sociedade que nos elegeu!

É preciso ser livre!

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA A LIBERDADE!

VIVA A CIDADANIA!

VIVA O CONCELHO DE MOURÃO!

VIVA PORTUGAL!

Mourão, 25 de abril de 2017

Rui Pereira

Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista"

--- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mourão, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, fez a leitura do seu discurso que seguidamente se transcreve: ----------

"Exmª Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mourão;

Exmº Senhor e Exmª Senhora Secretários da Mesa da Assembleia Municipal de Mourão;

Exmºs Senhores Deputados Municipais;

Exma Senhora e Senhores Vereadores;

Exmºs Senhores representantes das Assembleias de Freguesia do Concelho;
Exmº Senhor Segundo Comandante do Posto da GNR de Mourão/Granja;
Reverendíssimo Pároco das Paróquias de Mourão, Granja e Luz;
Exmºs Senhores Representantes das instituições da sociedade civil do Concelho, nomeadamente das IPSS aqui presentes,
Caríssimos convidados
Minhas Senhoras e meus Senhores
Em Abril de 2014, esta Assembleia Municipal reiniciou a comemoração formal do 25 de Abril, após um longo período de jejum que em nada dignificou a democracia local.
Comemoramos, hoje, o 43º aniversário da Revolução dos Cravos, dia que ficará para sempre ligado à nossa história enquanto país e gravado na memória de todos os portugueses.
No dia 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa dava adeus a uma ditadura de 48 anos.
Com o 25 de Abril, foi devolvido ao povo a capacidade de se governar, de escolher os seus eleitos, até então nomeados por compadrio autoritário e favores dos homens do aparelho do partido único, um poder monolítico afastado dos interesses das populações.
Caros Amigos. Uma das conquistas mais bem-sucedidas da revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974 foi, pois, a instauração do Poder Local Democrático.
Poder Local constituído por Municípios e Freguesias que, através do exercício das suas competências, levaram o desenvolvimento a todo o território, nomeadamente no campo das infra-estruturas básicas que não existiam.
Neste dia de Abril, em 2017, aqui reunidos, no dia em que comemoramos o momento libertador e instaurador do nosso moderno regime democrático, devemos assumir a nossa parte neste processo.
Quem se disponibiliza para exercer funções autárquicas sabe bem que sacrifica a comodidade de deixar as decisões para os outros e se compromete a decidir e assumir a responsabilidade das decisões tomadas;
Todos os eleitos aos órgãos municipais, nomeadamente os eleitos a esta Assembleia Municipal, quando assumiram a sua disponibilidade para o fazer, bem sabiam que estavam a renunciar à pacatez mundana, ao sacrifício e comodidade do lar, e assumiram o compromisso de contribuir com o seu melhor e com a sua disponibilidade pessoal e técnica para um concelho mais moderno e socialmente mais justo, onde fosse possível uma Cidadania ativa, solidária e digna.
Enquanto eleitos locais temos que mostrar as nossas capacidades, confiabilidade, a nossa eficiência e as nossas competências, agindo sempre com base em sólidos e irrenunciáveis princípios éticos, sempre cientes que a nossa mente, tal como os pára-quedas, só funciona se estiver aberta.
Quando, todos nós, eleitos locais, temos uma meta visando uma sociedade municipal mais justa e solidária, o que hoje são obstáculos passará a ser uma das etapas do plano, pelo que nunca nos devemos esquecer que um objetivo sem um plano sério e coerente não passa de um simples desejo.
Tal como não devemos esquecer que, enquanto autarcas, fomos eleitos para servir e não para nos servimos dos cargos ou posições que temos, e que não podemos desistir dos nossos ideais e de fazer uma política séria no concelho em favor de todos, sobretudo dos que mais precisam.
Nunca devemos desistir dos nossos sonhos e dos sentimentos que os acompanham, pois o futuro não se prevê, prepara-se, e só não altera a sua história quem está morto, sendo necessário, por vezes, dar um toque de lucidez na escravidão das ideias fixas do passado.

Em outubro de 2013, com uma nova Assembleia Municipal eleita e constituída, iniciou-se um novo ciclo político no concelho, fundamentado no conceito de cidadania aberta e sem medo, e na mensagem clara que Mourão é de todos os Mouranenses, que Mourão é dos Cidadãos Mouranenses.
Sem liberdade não há democracia, e jamais haverá democracia plena quando a igualdade é meramente invocada em discursos, e é esquecida a obrigação de fazer o caminho para minorar as desigualdades.
43 anos passados após o 25 de Abril de 1974, as nuvens são densas e ensombram a vida dos mouranenses e do nosso querido concelho de Mourão.
Há com certeza, responsáveis pelo estado a que isto chegou.

Embora o dia de hoje não seja o momento para clivagens partidárias, é próprio da democracia aceitar e confrontar leituras divergentes da realidade, sendo que, a meu ver, é fundamental não branquear o estado atual do nosso concelho, nomeadamente o que poderíamos ser e o que hoje somos.

Comprovadamente, este já não é o concelho do 25 de Abril, cujos valores e mudanças geradas alimentaram a esperança dos mouranenses numa sociedade mais justa e solidária.
Apesar das conquistas de Abril e da melhoria substancial da qualidade de vida global dos cidadãos do nosso concelho, ao longo destes 43 anos, Mourão é ainda um concelho com enormes carências e ineficiências, quando comparado com outros concelhos vizinhos ou com a maioria dos municípios que integram a CIMAC.
Hoje, no nosso concelho, há um vento de lamentos nos lamentos do vento, para usar as palavras poéticas de Manuel Alegre.
As ameaças são muitas e aumentam mais ainda a cada dia que passa.
Desde logo, uma avassaladora indiferença que nos levará a inquirir, com inteira lógica, diga-se, em nome de quê proibiremos o quê, e em nome de qual ideologia transferiremos a nossa inalienável liberdade para novos opressores sem rosto.
Mas, também, devemos estar atentos à errada convição, diria mais, à perigosa convicção, de que a liberdade de abril foi, e é, uma conquista sem reverso e sem retorno.
Não é assim, pelo que seremos insensatos se, perante o presente, adotarmos uma atitude de confiante descontração e passividade.
No entanto, não basta evitar a passividade na antevisão do futuro, sendo fundamental corrigi-la na perspetiva do passado, nunca esquecendo, também, que há dois erros que frequentemente cometemos: o primeiro é pensarmos que somos donos do tempo, o segundo é vivermos como se fossemos vítimas dele.

Devemos, portanto, recusar uma visão sem horizontes alargados da realidade do nosso tempo.
Preocupemo-nos não apenas com o aqui e agora.
Nós, Mouranenses, temos memória e amamos a liberdade.
Por isso, hoje, mais do que nunca, a memória do 25 de Abril deve manter-se viva nos nossos corações de mouranenses.

Hoje, mais do que nunca, o ideal que orientou os Capitães de Abril e os portugueses deve ser permanentemente relembrado e colocado em prática ao serviço de todos os habitantes do concelho de Mourão, todos, sem exceção.

É necessário fazer viver quotidianamente nos nossos corações o ideal do 25 de Abril, fazer com que os cidadãos do concelho de Mourão vivam melhor e, acima de tudo, com melhor qualidade de vida. Essa é a nossa obrigação e o nosso dever enquanto eleitos locais.

E, enquanto eleitos locais, não devemos esquecer, também, que não há democracia plena quando se propagandeia uma sociedade livre, desde que bem comportada e conformada com a narrativa de poder, esquecido o direito à discordância e à pluralidade de pensamento.

Não há democracia plena em nada disto, mas antes uma ideia de democracia que não corresponde à nossa vida de hoje, a uma vida onde a distribuição de riqueza pende cada vez mais para uma elite, onde os mais desprotegidos social e economicamente são inteiramente ignorados em prol de um discurso onde impera a mera responsabilidade individual, como se fosse possível conceber um concelho onde cada um olha apenas por si, para si e para o seu círculo de amigos.

Citando Francisco Sá Carneiro, "A democracia é difícil e exigente, mas dela não nos devemos demitir nem dela desistir".

Se assim é, recordemos, pois, esta data que aqui hoje nos traz.

Recordemo-la sempre, e com ela na memória e a verdade nas mãos preparemos o futuro.

UM FUTURO ONDE ABRIL NOS TERÁ ENSINADO A SONHAR, A TER ESPERANÇA, ONDE ABRIL NOS TERÁ ENSINADO QUE A LUTA, MESMO EM DEMOCRACIA, NUNCA TEM FIM.

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA A LIBERDADE

VIVA A CIDADANIA

VIVA O CONCELHO DE MOURÃO

VIVA PORTUGAL

Mourão, 25 de abril de 2017

O Presidente da Assembleia Municipal

Dr. José Francisco Rocha Ramalho"

--- Terminadas as intervenções **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** desejou, e fez votos, para que todos os presentes, e a população do concelho em geral celebrassem e comemorassem a efeméride em plena liberdade, tendo declarado, de seguida, encerrados os trabalhos, eram 10,00 horas. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por maioria, na sessão de 16 de junho de 2017, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. --------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

O Coordenador técnico,